

Ventos de São Guilherme
Energias
Renováveis S.A.

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações do resultado	7
Demonstrações do resultado abrangente	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Ed. BS Design - Avenida Desembargador Moreira, 1300
SC 1001 - 10º Andar - Torre Sul - Aldeota
60170-002 - Fortaleza/CE - Brasil
Telefone +55 (85) 3457-9500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Administradores da Ventos de São Guilherme Energias Renováveis S.A. Maracanaú - Ceará

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Ventos de São Guilherme Energias Renováveis S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ventos de São Guilherme Energias Renováveis S.A em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fortaleza, 14 de março de 2025

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC CE-003141/F-5



Pedro Barroso Silva Junior
Contador CRC CE-021967/0-5

Ventos de São Guilherme Energias Renováveis S.A

Balço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de Reais)

Ativo	Nota	31/12/2024	31/12/2023	Passivo	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Caixa e equivalentes de caixa	4	3.781	1.090	Fornecedores		513	6.175
Aplicações financeiras	5	-	53.810	Partes relacionadas - outras contas a pagar	14	454	6.245
Contas a receber de clientes	6	4.088	1.315	Empréstimos e financiamentos	8	10.396	-
Partes relacionadas - outros créditos	14	1.173	3.796	Obrigações trabalhistas		344	567
Outros créditos		103	1.187	Obrigações fiscais		376	830
Despesas antecipadas		1.114	1.277	Imposto de renda e contribuição social	16	474	-
				Contratos de mútuos	14	6.949	-
				Outras contas a pagar		1.485	59
Total do Ativo Circulante		10.259	62.475	Total do Passivo Circulante		20.991	13.876
Aplicações financeiras vinculadas	5	14.681	-	Provisão de desmobilização		3.407	-
Despesas antecipadas		78	221	Empréstimos e financiamentos	8	241.847	176.148
Realizável a longo prazo		14.759	221	Total do Passivo Não circulante		245.254	176.148
				Patrimônio líquido	9		
Imobilizado	7	338.911	230.631	Capital social		109.744	109.744
				Prejuízos acumulados		(12.060)	(6.441)
		338.911	230.631	Total do Patrimônio líquido		97.684	103.303
Total do Ativo Não Circulante		353.670	230.852	Total do Passivo		266.245	190.024
Total do Ativo		363.929	293.327	Total do Passivo e Patrimônio líquido		363.929	293.327

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ventos de São Guilherme Energias Renováveis S.A

Demonstrações do resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Receita líquida de vendas	10	35.221	379
Custos operacionais	11	(18.059)	(197)
Lucro bruto		17.162	182
Despesas gerais ou administrativas	12	(1.647)	(3.287)
Outras despesas operacionais		(737)	52
Despesas operacionais		(2.384)	(3.235)
Resultado antes das despesas e receitas financeiras líquidas e tributos		14.778	(3.053)
Receitas financeiras	13	921	-
Despesas financeiras	13	(19.699)	(27)
Resultado financeiro líquido		(18.778)	(27)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		(4.000)	(3.080)
Imposto de renda e contribuição social correntes	16	(1.619)	-
Prejuízo do exercício		(5.619)	(3.080)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ventos de São Guilherme Energias Renováveis S.A

Demonstrações do resultado abrangente

dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de Reais)

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Prejuízo do exercício	(5.619)	(3.080)
Outros resultados abrangentes - ORA	-	-
Resultado abrangente total	(5.619)	(3.080)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ventos de São Guilherme Energias Renováveis S.A

Demonstração das mutações do patrimônio líquido dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Notas	Capital social	Capital a integralizar	Adiantamento para futuro aumento de capital	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022		39.589	-	1.155	(3.361)	37.383
Capital subscrito	9	70.155	(70.155)	-	-	-
Capital integralizado	9	-	70.155	-	-	70.155
Adiantamento para futuro aumento de capital	9	-	-	(1.155)	-	(1.155)
Prejuízo do exercício		-	-	-	(3.080)	(3.080)
Saldos em 31 de dezembro de 2023		109.744	-	-	(6.441)	103.303
Prejuízo do exercício		-	-	-	(5.619)	(5.619)
Saldos em 31 de dezembro de 2024		109.744	-	-	(12.060)	97.684

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ventos de São Guilherme Energias Renováveis S.A

Demonstrações dos fluxos de caixa dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo do exercício		(5.619)	(3.080)
Ajustes para:			
Depreciação	7	9.734	175
Rendimento de aplicações	5	(431)	-
Juros sobre empréstimos e financiamentos	8	18.164	-
Juros sobre mútuos obtidos	13	1.201	-
Resultado da baixa de imobilizado	7	1.576	173
Imposto de renda e contribuição social	16	1.619	-
Outros		940	303
		27.184	(2.429)
Variações nos ativos e passivos			
Contas a receber de clientes		(2.773)	-
Outros créditos		(392)	3.937
Partes relacionadas - outros créditos, líquido de outras contas a pagar		(3.168)	(5.314)
Fornecedores		(5.662)	4.311
Obrigações trabalhistas		(223)	270
Obrigações fiscais		(796)	694
Outras contas a pagar		1.428	(6.508)
Caixa gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais		15.598	(5.039)
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	8	-	(7.031)
Juros pagos sobre mútuos	14	(936)	-
Impostos pagos sobre o lucro	16	(636)	(154)
Fluxo de caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades operacionais		14.026	(12.224)
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aplicações financeiras	5	(22.804)	(320.518)
Resgates de aplicações financeiras	5	62.795	288.726
Aquisição de imobilizado	7	(108.416)	(168.408)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		(68.425)	(200.200)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Integralização de capital		-	69.000
Captações de mútuos	14	46.200	-
Captações de empréstimos e financiamentos - BNDES	8	54.546	179.200
Captações de empréstimos e financiamentos - Notas comerciais	8	-	42.000
Amortizações de principal - Notas comerciais	8	-	(70.000)
Pagamento de mútuos	14	(39.584)	-
Custo de captação - empréstimos e financiamentos - Notas comerciais	8	-	(22)
Custo de captação - empréstimos e financiamentos - BNDES	8	(3.729)	(6.846)
Outros	7	(343)	(149)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades de financiamento		57.090	213.183
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		2.691	759
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4	1.090	331
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	4	3.781	1.090
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		2.691	759

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Valores expressos em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Ventos de São Guilherme Energias Renováveis S.A. (“Companhia”), foi constituída em 15 de março de 2021 e tem como objeto social: o desenvolvimento, a construção, a instalação, a operação, a manutenção e a exploração do empreendimento de geração de energia elétrica a partir de fonte eólica denominado EOL Ventos de Santa Luzia 12; e a comercialização de energia elétrica.

O empreendimento possui 54 MW de capacidade instalada, está localizado nos municípios de Monte das Gameleiras, Serra de São Bento e São João do Campestre, estado do Rio Grande do Norte, e entrou em operação comercial a partir do dia 12 de abril de 2024. A Companhia comercializa energia no mercado regulado e no mercado livre, através de contratos de longo prazo.

Capital Circulante líquido negativo

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresentava capital circulante líquido negativo de R\$ 10.732, parte significativa desse valor refere-se ao saldo de empréstimos, que será liquidado no curto prazo. O pagamento da dívida será garantido com base na geração de fluxo de caixa operacional.

1.1 Eventos societários relevantes que ocorreram no exercício

Em 15 de agosto de 2024, a Braskem S.A. (“Braskem”) exerceu o direito de opção de compra de participação minoritária do capital social da Companhia pela Casa dos Ventos S.A. (“CDV”), sendo transferido 45.246.038 ações ordinárias de classe B, representando 41,23% do total de ações e 4,12% do capital social.

2 Base de preparação e políticas contábeis materiais

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que contemplam os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e homologadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Além disso, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 14 de março de 2025.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas

que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas e nas políticas contábeis.

Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no período findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023 estão incluídas na seguinte nota explicativa:

- **Nota 2.8** – vida útil do ativo imobilizado: determinar a expectativa de vida útil dos equipamentos e componentes do empreendimento, conforme relatório de consultoria especializada; e
- **Nota 2.8** – provisão de desmobilização: determinar o prazo de operacionalização do empreendimento com base no período de concessão da outorga.

Mensuração do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

2.4 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

2.5 Retificação de erro imaterial de períodos anteriores

Durante o período de 2024, a Companhia identificou o reconhecimento indevido dos saldos de IOF sobre empréstimos no resultado financeiro. Os montantes deveriam ser reconhecidos como custos de transação, pois a despesa está vinculada à captação do recurso que é integralmente consumido na construção do ativo qualificável.

Diante disso, os saldos de ativo, passivo e resultado foram apresentados a menor em 31 de dezembro de 2023. Tais erros imateriais foram corrigidos nas informações anuais apresentadas em 31 de dezembro de 2024 e a tabela a seguir resume os impactos:

a. Balanço patrimonial

	Anteriormente apresentado	Ajustes	Saldo corrigido
Ativo			
Despesas antecipadas	1.328	170	1.498
Outros ativos	291.829	-	291.829
Total do Ativo	293.157	170	293.327
Passivo			
Empréstimos e financiamentos	179.341	(3.193)	176.148
Outros passivos	13.876	-	13.876
Total do Passivo	193.217	(3.193)	190.024

Patrimônio líquido

Prejuízos acumulados	(9.804)	3.363	(6.441)
Outros	109.744	-	109.744
Total do Patrimônio Líquido	99.940	3.363	103.303
Total do Passivo e Patrimônio líquido	293.157	170	293.327

b. Demonstrações do resultado e resultado abrangente

Resultado	Anteriormente apresentado	Ajustes	Saldo corrigido
Despesas financeiras	(3.390)	3.363	(27)
Outros	(3.053)	-	(3.053)
Prejuízo do exercício	(6.443)	3.363	(3.080)
Total do resultado abrangente	(6.443)	3.363	(3.080)

c. Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Patrimônio líquido	Anteriormente apresentado	Ajustes	Saldo corrigido
Capital social	109.744	-	109.744
Prejuízos acumulados	(9.804)	3.363	(6.441)
Total do Patrimônio Líquido	99.940	3.363	103.303

2.6 Instrumentos financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao custo amortizado, mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação de seus ativos financeiros é feita no reconhecimento inicial e de acordo com a finalidade para a qual foram adquiridos. O custo amortizado é reduzido por perdas por “*impairment*”. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 a Companhia não possuía ativos financeiros classificados nas categorias de valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

A Companhia classifica seus passivos financeiros mensurados ao custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os passivos financeiros foram assumidos. Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva dos juros. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) **Classificação e mensuração subsequente**

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia altere o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, seja um derivativo ou seja designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) **Desreconhecimento**

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia não transfere, nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) **Compensação**

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Os ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, partes relacionadas – outros créditos e aplicações financeiras vinculadas.

Os passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: empréstimos e financiamentos, fornecedores, outras contas a pagar e partes relacionadas – outras contas a pagar.

2.7 Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (“impairment”)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia não identificou quaisquer indícios de “impairment” com relação aos seus ativos não financeiros.

2.8 Ativo imobilizado (exceto direito de uso de ativos arrendados)

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção.

O custo de ativos construídos inclui o custo de materiais e mão de obra direta, custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local em condições necessárias para operar da forma pretendida pela Administração.

Custos de empréstimos diretamente relacionados com aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem

juros e outros custos incorridos pela entidade relativos ao empréstimo. Os custos de empréstimos, deduzidos das receitas financeiras inerentes a esses recursos e vinculados ao empreendimento, são capitalizados ao imobilizado durante o período em que as atividades relacionadas ao desenvolvimento estiverem sendo executadas.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão gerar benefícios futuros e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

Depreciações

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou no caso dos ativos construídos internamente, após a emissão do último despacho comercial, emitido pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), para os aerogeradores do empreendimento, momento que caracteriza o marco inicial da operação comercial plena da Companhia.

A depreciação é calculada sobre o custo dos ativos imobilizados ou outro valor substituto do custo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados. As taxas utilizadas estão de acordo com relatório de unitização do empreendimento, elaborado por consultoria especializado, seguindo diretrizes estabelecidas pelo Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrica (“MCPSE”), aprovado pelas Resoluções Normativas nº 367/2009 e 474/2012 pela ANEEL.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

Provisão para desmobilização de ativos

Refere-se a provisões relacionadas com obrigações de retirada de ativos decorrentes de exigências contratuais e legais relacionadas a arrendamento de terrenos onde estão localizados os empreendimentos eólicos. Tais custos, quando incorridos, são provisionados em contrapartida ao ativo imobilizado e serão depreciados ao longo da vida útil remanescente do ativo. Estas provisões são feitas com base em estimativas e premissas relacionadas às taxas de desconto e ao custo esperado para a desmobilização e remoção ao fim do prazo de autorização dessas usinas. Estes custos podem divergir do que vierem a ser incorridos pela Companhia.

2.9 Receitas e despesas financeiras

Todos os instrumentos financeiros são avaliados ao custo amortizado. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, ajustes de desconto a valor presente das provisões e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, são mensurados no resultado pelo método de juros efetivos.

2.10 Imposto de renda e contribuição social

Ativos e passivos tributários correntes do último período e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço nos países em que a Companhia opera e gera receita tributável.

Imposto de renda e contribuição social correntes relativas a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidas no patrimônio líquido. A administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (8% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (12% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras.

2.11 Arrendamento

A Companhia não adotou o Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2), para os contratos de arrendamento e de Direito de Uso, a partir do início operacional, uma vez que os fluxos de pagamentos previstos contratualmente são todos de contraprestação variável com base em percentual sobre as receitas futuras, cujos valores não são conhecidos.

2.12 Receita operacional

A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é medida pela contraprestação recebida ou a receber. A Companhia reconhece a receita operacional quando a transferência (ou promessa) de bens ou serviços aos clientes refletirem a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços.

A NBC TG 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho.

Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, no caso das Subsidiárias, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

As receitas operacionais da Companhia são provenientes da venda de energia gerada. As receitas provenientes da venda de energia gerada são registradas com base na

energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos Contratos no Ambiente de Contratação Regulada (“ACR”), e dos contratos firmados no Ambiente de Contratação Livre (“ACL”).

A receita de venda de energia elétrica (geração centralizada) é reconhecida no resultado de acordo com as regras do mercado de energia elétrica, as quais estabelecem a transferência de controle sobre a quantidade contratada de energia para o comprador. A apuração do volume de energia entregue para o comprador ocorre em bases mensais, conforme as bases contratadas. A receita de suprimentos de energia elétrica inclui também as transações no mercado de curto prazo.

2.13 Mudanças nas principais políticas contábeis

Classificação dos passivos como circulante ou não circulante e passivos não circulantes com *covenants*.

A Companhia adotou a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes (alterações ao CPC 26/IAS 1) e passivos não circulantes com *covenants* (alterações ao CPC 26/IAS 1) a partir de 1º de janeiro de 2024.

As alterações se aplicam retrospectivamente. Elas esclarecem certos requisitos para determinar se um passivo deve ser classificado como circulante ou não circulante e exigem novas divulgações para passivos de empréstimos não circulantes que estão sujeitos a *covenants* dentro de 12 meses após o período de relatório.

Apesar da mudança na política, não há impacto nas demonstrações comparativas, pois a Companhia não possui notas conversíveis nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

2.14 Novas normas contábeis e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2024. A Companhia não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras:

- (a) **IFRS 18 – Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis:** O IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais.
- As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.
 - As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.
 - Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

A Companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas, a

demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Companhia também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como 'outros'.

(b) **Outras normas contábeis:** não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7).
- Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02).

3 Gerenciamento de riscos

A Administração é responsável pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar, analisar e definir limites e controles apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites.

(i) Risco operacional

O risco operacional está relacionado com a paralisação de parte ou de todo o fornecimento de energia esperado relacionado ao empreendimento.

A Administração da Companhia mantém contratos firmados com fornecedores relevantes no mercado a fim de mitigar possíveis riscos operacionais, incluindo contrato de seguros e manutenções periódicas dos ativos da operação.

(ii) Risco de crédito

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Companhia de acordo com a política de tesouraria. As aplicações são autorizadas e aprovadas pela controladoria, e aplicações que não estejam previstas na política são avaliadas pela Diretoria Executiva. Os limites de crédito da política de tesouraria são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte. Tais limites foram incorporados ao regulamento dos Fundos de Investimentos nos quais a Companhia aplica a maior parte do caixa disponível.

A controladora final da Companhia é a CDV, portanto a Administração da CDV estabelece um montante mínimo de posição em caixa para cada empresa, a depender do estágio operacional em que cada uma se encontra e observando as obrigações dos contratos de financiamento. Tal posição de caixa deve ser suficiente para o cumprimento de obrigações de curto prazo com fornecedores, entidades governamentais e acionistas. Além disso, o Orçamento da CDV estabelece o caixa mínimo a ser mantido na controladora e nas controladas. Todo recurso disponível deve ser, sempre que possível, aplicado nos Fundos de Investimentos da CDV através do FIC Domus Ventis ("FIC Consolidador").

Com relação às contas a receber de clientes, a Companhia restringe a sua exposição a riscos de crédito por meio da seletividade de clientes e de análises de crédito contínuas. Adicionalmente, com base no histórico operacional da Companhia, inexistem históricos relevantes de perdas de títulos a receber.

(iii) Risco de liquidez

Risco de liquidez refere-se à possibilidade de a Companhia não cumprir suas obrigações financeiras nas datas previstas, bem como encontrar dificuldades em atender às necessidades do seu fluxo de caixa devido a restrições de liquidez do

mercado. O principal passivo financeiro contratado é o financiamento com o BNDES, apresentado na nota 8.

A Administração monitora o nível esperado de entradas e saídas de seu fluxo de caixa, de forma a garantir suprimento adequado para a operação. Adicionalmente, os saldos das contas reserva vinculadas podem ser utilizados para cobertura temporária de caixa para o serviço da dívida e pagamento ao fornecedor de O&M.

(iv) Risco de mercado

Risco de Mercado é a possibilidade de perdas financeiras decorrentes da variação nos preços de mercado dos ativos e passivos da companhia, incluindo, mas não se limitando a taxas de juros, taxas de câmbio, preços de commodities e ações. Esse risco impacta diretamente a avaliação de instrumentos financeiros e a exposição econômica da empresa, podendo afetar tanto o valor justo quanto os fluxos de caixa futuros. A Administração monitora e gerencia sua exposição ao risco de mercado por meio de estratégias de hedge, análise de sensibilidade e modelos de mensuração como Value at Risk (VaR) e testes de estresse, de acordo com as normas contábeis e regulatórias aplicáveis.

A Administração não efetua investimentos em ativos financeiros que possam gerar oscilações relevantes nos seus preços de mercado. A Companhia não possui em 31 de dezembro de 2024 e 2023 exposições financeiras atreladas à moeda estrangeira. A dívida contratada, apresentada na nota 8, possui riscos de mercado associados à volatilidade do IPCA.

Análise de sensibilidade

Descrição	Saldos 31/12/2024	Risco	Cenário 25%	Cenário 50%
Fundo de investimentos	2.991	Baixa do CDI	2.871	2.760
Efeito no resultado	433		313	202
Aplicações financeiras	14.681	Baixa do CDI	14.568	14.457
Efeito no resultado	441		328	217
Empréstimo e financiamentos	(262.798)	Alta do IPCA	(269.976)	(277.153)
Efeito no resultado	(26.115)		(33.293)	(40.470)

4 Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Bancos conta movimento	790	1.090
Aplicações financeiras - fundos restritos (a)	2.991	-
Total	3.781	1.090

(a) A Companhia possuía aplicações alocadas em fundo de investimentos, classificados em caixa e equivalentes de caixa, e encontravam-se disponíveis para resgate a qualquer momento. Esses fundos não têm prazo determinado para o seu encerramento uma vez que tal decisão depende das condições de mercado aliadas ao direcionamento da Administração. A remuneração é baseada na variação do CDI e a rentabilidade em 31 de dezembro de 2024 foi de 11,25% a.a.

5 Aplicações financeiras vinculadas

a. Composição do saldo

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Aplicação financeira	-	25.721
Aplicação financeira – fundo restrito	-	28.089
Aplicação financeira vinculada – Conta Reserva do Serviço da Dívida BNDES (a)	14.681	-
Aplicação financeira vinculada – Conta Reserva de O&M (a)	-	-
Aplicação financeira vinculada – Conta de Complementação ICSD (a)	-	-
Total	14.681	53.810
Ativo circulante	-	53.810
Ativo não circulante	14.681	-

- (a) As aplicações financeiras de longo prazo são referentes a obrigações de prestação de garantias assumidas pela Companhia no contrato de financiamento celebrado com o BNDES em 27 de dezembro de 2022, a saber: (i) Conta Reserva do Serviço da Dívida BNDES, (ii) Conta Reserva de O&M e (iii) Conta Complementação Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (“ICSD”). Tais recursos são mantidos em contas no Banco Citibank Brasil S.A., e deverão ser mantidos por todo período dos mesmos instrumentos, sendo os valores dados em garantia, podendo ser utilizados pelos credores para liquidação de obrigações relacionadas aos contratos. Ademais, conforme previsto no contrato de financiamento, a Companhia deve retratar nas demonstrações financeiras o saldo existente nas contas de reservas, mesmo que zeradas. Os valores são aplicados em um fundo de investimento em renda fixa referenciado DI, e tiveram remuneração de 10,50% a.a. em 31 de dezembro de 2024.

b. Movimentação do saldo

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Saldos iniciais	53.810	19.939
Rendimento de aplicações vinculadas	431	-
Rendimento de aplicações não vinculadas – capitalizado	598	2.462
Retenção de imposto de renda sobre rendimentos	(167)	(383)
Aplicações financeiras vinculadas	14.287	-
Aplicações financeiras não vinculadas	8.517	320.518
Resgates de aplicações financeiras não vinculadas	(62.795)	(288.726)
Saldos finais	14.681	53.810

6 Contas a receber de clientes

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Venda de energia – terceiros	3.556	443
Venda de energia – partes relacionadas (nota 14)	532	872
Total	4.088	1.315

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Administração considera não ser necessária a constituição de provisão para perdas com o valor recuperável de contas a receber, pois por regra estabelecida pela Câmara De Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”), todos os títulos a receber são liquidados no mês subsequente ao fornecimento da energia. Adicionalmente, em análise retrospectiva, não se identifica perdas históricas, bem como expectativa de perdas em toda a carteira de recebíveis.

A Companhia não apresentava títulos vencidos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

7 Imobilizado

a. Composição do saldo

Descrição	Taxa (%)	Custo	Depreciação acumulada	31/12/2024	31/12/2023
Torres anemométricas	10	78	(11)	67	70
Máquinas e equipamentos	1,8 a 16,7	301.562	(8.466)	293.097	-
Edificações	3,3 a 4	41.259	(1.036)	40.223	-
Ativo de direito de uso	2,9 a 8,3	222	(222)	-	10
Equipamentos de processamento de dados	20	364	(12)	352	35
Imobilizado em andamento	-	-	-	-	229.439
Veículos	20	857	(427)	430	597
Terrenos	-	1.520	-	1.520	480
Provisão de desmobilização	2,8	3.269	(47)	3.222	-
Total		349.131	(10.221)	338.911	230.631

b. Movimentação do saldo

Descrição	31/12/2023	Adições	Transferências (a)	Baixas	Depreciação	31/12/2024
Torres anemométricas	70	4	-	-	(7)	67
Máquinas e equipamentos	-	114.957	188.180	(1.576)	(8.465)	293.097
Edificações	-	-	41.259	-	(1.036)	40.223
Ativo de direito de uso	10	-	-	(10)	-	-
Equipamentos de processamento de dados	35	325	-	-	(8)	352
Imobilizado em andamento	229.439	-	(229.439)	-	-	-
Veículos	597	4	-	-	(171)	430
Terrenos	480	1.040	-	-	-	1.520
Provisão de desmobilização	-	3.269	-	-	(47)	3.222
Total	230.631	119.599	-	(1.586)	(9.734)	338.911

- (a) A Companhia iniciou suas operações comerciais de forma plena em 12 de abril de 2024 e, em função disso, foi necessária a reclassificação do saldo das classes de ativo relacionados a Imobilizado em Andamento para Imobilizado em uso. A reclassificação ocorreu de forma antecipada em relação à emissão do laudo técnico de unitização, por meio de metodologia elaborada pela Administração da Companhia, tendo por base o processo de unitização efetuado por consultor externo em outras Companhias do Grupo CDV.

Descrição	31/12/2022	Adições	Transferências	Baixas	Depreciação	31/12/2023
Torres anemométricas	-	74	-	-	(4)	70
Ativo de direito de uso	342	50	-	(349)	(33)	10
Equipamentos de processamento de dados	-	39	-	-	(4)	35
Imobilizado em andamento	14.058	37.396	178.158	(173)	-	229.439
Veículos	685	79	-	-	(167)	597
Adiantamento a fornecedores	40.263	130.340	(170.603)	-	-	-
Terrenos	-	480	-	-	-	480
Capitalização operações de arrendamento	-	33	(33)	-	-	-
Custos de empréstimos	914	6.608	(7.522)	-	-	-
Total	56.262	175.099	-	(522)	(208)	230.631

Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia apresentou adições no montante de R\$ 11.184 que não tiveram efeito caixa, referentes a provisão de desmobilização e custos de empréstimos (R\$ 6.691 em 31 de dezembro de 2023).

8 Empréstimos e financiamentos

Vortex Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda (“Notas Comerciais”)

Em 06 de outubro de 2022 foi celebrado o Termo da primeira emissão de notas comerciais escriturais, não conversíveis em ações, em até duas séries para distribuição pública com esforços restritos da Ventos de São Guilherme Energias Renováveis S.A no valor nominal de R\$ 70.000, sendo R\$ 29.000 correspondentes às notas comerciais da Primeira Série e até R\$ 41.000 correspondentes às notas comerciais da Segunda Série.

Sobre o valor nominal das notas comerciais incidiram juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% das taxas médias do DI de um dia, “over extra-grupo”, expressas na forma percentual ao ano. A remuneração utilizou base 252 dias úteis e foi calculada e divulgada diariamente pela B3, acrescida de spread de 2,50% a.a. As notas comerciais foram integralmente quitadas pela Companhia em 20 de setembro de 2024.

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social (“BNDES”)

Em 27 de dezembro de 2022, a Companhia celebrou contrato de financiamento com o BNDES destinado à implantação do empreendimento, no valor de R\$ 234.000.

Os encargos da operação correspondem à taxa composta (i) pela variação acumulada do IPCA e (ii) pela taxa de juros prefixada de 7,17% ao ano. O primeiro pagamento será realizado em 15 de fevereiro de 2025 e o último será realizado em 15 de dezembro de 2046. O cronograma de desembolso relativo ao referido contrato de financiamento teve início no exercício de 2023.

O contrato de financiamento é garantido por meio de (i) fiança bancária, que poderá ser liberada mediante o cumprimento de determinadas condições de liberação de fiança relacionadas à conclusão físico-financeira do empreendimento; (ii) penhor de ações e aerogeradores; (iii) cessão fiduciária de direitos creditórios detidos pela Companhia; e (iv) conta de aplicação reserva do serviço da dívida.

O contrato contém cláusulas restritivas (*covenants*) estabelecendo que a Companhia deve atingir determinado ICSD.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia encontrava-se adimplente com os *covenants* previstos no contrato.

a. Composição do saldo

Descrição	Tipo	31/12/2024	31/12/2023
BNDES	Financiamento	262.798	182.138
Custo de captação		(10.555)	(5.990)
Total		252.243	176.148

Ventos de São Guilherme Energias Renováveis S.A.

Demonstrações financeiras

em 31 de dezembro de 2024

b. Movimentação da conta

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Saldos iniciais	176.148	28.829
Captações - Notas comerciais	-	42.000
Captações - BNDES	54.546	179.200
Amortizações de principal - Notas comerciais	-	(70.000)
Juros pagos - Notas comerciais	-	(7.031)
Juros incorridos - BNDES	18.164	-
Transferência do custo de captação	-	467
Custo de captação incorrido no exercício - Debêntures	-	(22)
Custo de captação incorrido no exercício - BNDES (a)	(4.566)	(6.676)
Capitalização de imobilizado	7.951	9.381
Saldos finais	252.243	176.148
Circulante	10.396	-
Não circulante	241.847	176.148

- (a) Do custo de captação incorrido em 2024, R\$ 837 refere-se ao custo de captação pago em 2023, no qual foi transferido da conta de ativo para conta de passivo, sem efeito caixa no exercício corrente.

c. Cronograma de pagamentos das parcelas de longo prazo

Vencimento	31/12/2024		31/12/2023	
	Valor	%	Valor	%
2025	-	-	7.618	4%
2026	11.998	5%	8.310	5%
2027	11.998	5%	8.310	5%
2028	11.998	5%	8.310	5%
2029	11.998	5%	8.310	5%
2030	11.998	5%	8.310	5%
2031	11.998	5%	8.310	5%
2032	11.998	5%	8.310	5%
2033	11.998	5%	8.310	5%
2034	11.998	5%	8.310	5%
2035	11.998	5%	8.310	5%
2036	11.998	5%	8.310	5%
2037	11.998	5%	8.310	5%
2038	11.998	5%	8.310	5%
2039	11.998	5%	8.310	5%
2040	11.998	5%	8.310	5%
2041	11.998	5%	8.310	5%
2042	11.998	4%	8.310	2%
2043	11.998	4%	8.310	2%
2044	11.999	4%	8.310	2%
2045	11.999	4%	8.310	5%
2046	11.999	4%	8.310	5%
Total parcelas – longo prazo	251.961	100%	182.128	100%
(-) Custo de captação – longo prazo	(10.114)		(5.980)	
Saldo total – longo prazo	241.847		176.148	

9 Patrimônio líquido

O capital social integralizado é de R\$ 109.744 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 109.744 em 31 de dezembro de 2023), representado por 54.872.150 ações ordinárias e 54.872.150 ações preferencias, todas nominativas e sem valor nominal, conforme detalhamento a seguir:

Acionistas	31/12/2024			31/12/2023		
	(%) Capital	(R\$) Valor	Ações	(%) Capital	(R\$) Valor	Ações
CDV (nota 1.1)	65,88%	72.296	46.858.310	70%	76.821	76.821.011
Serra de São Bento Energia Renovável S.A.	30,00%	32.923	17.639.952	30%	32.923	32.923.289
Braskem (nota 1.1)	4,12%	4.525	45.246.038	-	-	-
Total	100%	109.744	109.744.300	100%	109.744	109.744.300

Aumento de capital

Em 18 de abril de 2023, de acordo com Assembleia Geral Extraordinária (“AGE”), foi subscrito capital no montante de R\$ 1.155, integralizado nesta data com créditos de adiantamento para futuro aumento de capital.

Em 18 de agosto de 2023, de acordo com AGE, foi subscrito capital no montante de R\$ 69.000, plenamente integralizado nesta data em moeda corrente.

10 Receita líquida de vendas

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Venda de energia	36.581	379
PIS e Cofins sobre vendas	(1.312)	-
Desconto Incondicional	(48)	-
Total	35.221	379

11 Custos operacionais

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Custos com pessoal	(364)	-
Energia comprada para revenda	(1.835)	-
Depreciação	(9.734)	-
Gastos operacionais	(636)	(186)
Seguros	(673)	-
Compartilhamento de manutenção de torres (a)	(56)	-
Gastos com manutenção	(3.915)	(11)
Outros custos	(846)	-
Total	(18.059)	(197)

- (a) Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui montante de R\$ 56 que se refere a pagamentos de compartilhamento de manutenção de torres junto à CDV, conforme citado na nota 14(a).

12 Despesas gerais ou administrativas

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Tributos e contribuições	(12)	(203)
Serviços tomados – pessoa jurídica (a)	(287)	(30)
Compartilhamento de despesa (nota 14)	(1.234)	(2.508)
Depreciação	-	(174)
Despesas com propriedades	(9)	(168)
Outras despesas	(105)	(204)
Total	(1.647)	(3.287)

- (a) Do montante divulgado na nota em 31 de dezembro de 2024, R\$ 286 se refere a pagamentos de consultoria à CDV, conforme citado na nota 14(a).

13 Resultado financeiro

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicação financeira	874	-
Outras receitas financeiras	47	-
Total	921	-
Despesas financeiras		
Tarifas bancárias	(9)	(14)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(18.164)	-
Juros sobre mútuos	(1.201)	-
Juros sobre provisão de desmobilização	(138)	-
Outras despesas financeiras	(187)	(13)
Total	(19.699)	(27)
Resultado financeiro líquido	(18.778)	(27)

Durante o exercício de 2024, a Companhia incorreu em R\$ 598, R\$ 7.951 e R\$ 562 relativas a rendimentos sobre aplicações financeiras (vide nota 5), juros sobre empréstimos (vide nota 8) e juros sobre mútuos. Tais valores classificam-se no conceito de custos de empréstimo, portanto, não transitam em conta de resultado e são capitalizados.

14 Partes relacionadas

Os principais saldos patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 2023, bem como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios, decorrentes de transações da Companhia com partes relacionadas, estão descritas abaixo:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Ativo	1.705	4.668
Contas a receber de clientes		
Venda de energia (c)	532	872
Partes relacionadas – outros créditos	1.173	3.796
Transações de condomínio (b)	1.173	3.003
Outras contas a receber com partes relacionadas	-	793
Imobilizado		
Adiantamento a fornecedores de imobilizado	(3.075)	-
Passivo	7.403	6.245
Partes relacionadas – outras contas a pagar	454	6.245
Transações de condomínio (b)	-	3.495
Transações de consórcio	345	1.924
Compartilhamento de despesas (a)	5	541
Outras contas a pagar com partes relacionadas	104	285
Contratos de mútuos (d)	6.949	-

Ventos de São Guilherme Energias Renováveis S.A.

Demonstrações financeiras

em 31 de dezembro de 2024

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Resultado	11.294	(2.508)
Receita líquida de vendas		
Venda de energia (c)	14.086	-
Custos operacionais	(71)	-
Energia comprada (c)	(15)	-
Compartilhamento de manutenção de torres (a)	(56)	-
Despesas gerais ou administrativas	(1.520)	(2.508)
Serviços tomados – pessoa jurídica (a)	(286)	-
Compartilhamento de despesas (a)	(1.234)	(2.508)
Despesas financeiras		
Juros sobre mútuos (d)	(1.201)	-

- (a) Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia possuía um contrato de prestação de serviços firmado com a CDV, com a finalidade de prestação de serviços administrativos e manutenção de torres. Até 31 de agosto de 2024 a Companhia possuía contrato de compartilhamento de despesas com a mesma empresa, o qual foi rescindido, para celebração contrato de prestação de serviços, vigente ao final do exercício.
- (b) A Companhia possuía gastos em regime de condomínio, conforme contrato com a líder do condomínio, ficando com saldos em contas transitórias patrimoniais até a sua liquidação.
- (c) A Companhia possuía operações de compra e venda de energia com a Casa dos Ventos Comercializadora de Energia S.A.
- (d) Durante o ano de 2024 a Companhia realizou captações de mútuos com a CDV, conforme apresentado na movimentação abaixo:

Movimentação	31/12/2024
Saldos iniciais	-
Captações de mútuos	46.200
Juros incorridos sobre mútuos	1.201
Pagamento de mútuos – juros	(936)
Pagamento de mútuos – principal	(39.584)
Outras movimentações	68
Saldos finais	6.949

A CDV é a controladora final da Companhia.

Remuneração da Administração

De acordo com o termo de posse da AGE realizada em 08 de dezembro de 2022, os Diretores ora empossados renunciam ao recebimento de quaisquer valores a título de remuneração pelo exercício do referido cargo de Diretor da Companhia.

15 Instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros contratados com terceiros discriminam-se como segue:

a. Valor justo dos instrumentos financeiros não derivativos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo.

Ventos de São Guilherme Energias Renováveis S.A.

Demonstrações financeiras

em 31 de dezembro de 2024

Descrição	Avaliação	31/12/2024		31/12/2023	
		Valor Contábil	Valor justo	Valor Contábil	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa		3.781	3.781	1.090	1.090
Aplicações financeiras		14.681	14.681	53.810	53.810
Contas a receber de clientes		4.088	4.088	1.315	1.315
Partes relacionadas - outros créditos		1.173	1.173	3.796	3.796
Empréstimos e financiamentos	Nível 2	(252.243)	(262.798)	(176.148)	(182.138)
Fornecedores		(513)	(513)	(6.175)	(6.175)
Contratos de mútuos		(6.949)	(6.949)	-	-
Partes relacionadas - outras contas a pagar		(454)	(454)	(6.245)	(6.245)
Outras contas a pagar		(1.485)	(1.485)	(59)	(59)
Total		(237.921)	(248.476)	(128.616)	(134.606)

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 a Companhia não apresentava instrumentos financeiros derivativos. Os instrumentos financeiros são avaliados ao custo amortizado.

b. Mensuração do valor justo

A tabela abaixo apresenta a técnica de valoração utilizada na mensuração do valor justo de nível 2 para instrumentos financeiros no balanço patrimonial, assim como os inputs não observáveis significativos utilizados.

Tipo	Técnica de avaliação	Inputs significativos não observáveis	Relacionamento entre os inputs significativos não observáveis e mensuração do valor justo
Título de dívida – Empréstimos e financiamentos (BNB)	O valor justo calculado considera: (i) o fluxo de pagamento de parcelas futuras previstas no contrato de financiamento, com juros pós fixados (ii) menos o custo de captação embutido no saldo contábil da rubrica de empréstimos e financiamentos.	Não aplicável	Não aplicável

16 Imposto de renda e contribuição social corrente**a. Composição do saldo no resultado:**

Descrição	31/12/2024
Imposto de renda corrente	(1.088)
Contribuição social corrente	(531)
Total	(1.619)

b. Apuração do imposto de renda e contribuição social:

A conciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social, calculados pela aplicação das alíquotas vigentes, e os valores refletidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 estão demonstrados a seguir:

Descrição	31/12/2024
Venda de energia	36.581
Alíquota de presunção	8%
Lucro presumido	2.926
IRPJ adicional/Outras receitas não operacionais	1.509
Alíquota vigente	25%
Imposto de renda corrente	(1.088)

Descrição	31/12/2024
Alíquota de presunção (CSLL)	12%
Lucro presumido	4.390
Outras receitas não operacionais	1.509
Alíquota vigente	9%
Contribuição social corrente	(531)
Alíquota efetiva	(40,5%)

c. Movimentação das obrigações com imposto de renda e contribuição social:

Descrição	31/12/2024
Saldos iniciais	-
Imposto de renda e contribuição social no exercício	1.619
Impostos pagos sobre o lucro	(636)
Compensações no exercício	(509)
Saldos finais	474

17 Contingências

A Companhia, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de natureza tributária, previdenciárias, trabalhistas e cíveis.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a análise das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências atuais, as decisões mais recentes nos tribunais sobre cada tema, bem como a avaliação dos advogados externos. Contingências identificadas como perda remota não são contabilizadas, nem divulgadas; contingências identificadas como perda possível são apenas divulgadas; e contingências identificadas como perda provável são contabilizadas e divulgadas nas demonstrações financeiras. A Companhia revisa suas estimativas e premissas continuamente.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 a Companhia, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, avaliou não existir processos avaliados como provável de perda ou possíveis, portanto nenhuma provisão foi constituída e nenhuma divulgação requerida.